COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.899, DE 2009

(Apenso: Projeto de Lei nº 5.924, de 2013)

Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, para incluir o câncer de próstata entre as doenças cujo controle e prevenção devem integrar o programa de atenção integral à saúde masculina no âmbito do Sistema Único de Saúde e assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Eleuses Paiva

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei ora sob nossa relatoria, originado do Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, visa a efetuar duas alterações no texto da Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. A primeira, acrescentando no inciso V do art. 3º o câncer de próstata entre as neoplasias que deverão ser controladas e prevenidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS; a segunda, no art. 4º, para assegurar o oferecimento de aconselhamento genético nos casos em que haja indicação clínica durante as ações de planejamento familiar.

Tramita apensado o Projeto de Lei nº 5.924, de 2013, que propõe alteração semelhante no inciso V do art. 3º daquela Lei, para incluir o câncer de próstata no rol das enfermidades a serem controladas e prevenidas.

A proposição tramita em regime de prioridade, com apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída, para exame do mérito, às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Finanças e Tributação (CFT), além da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

Compreende-se a iniciativa de ambos os autores. O câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens, somente atrás do câncer de pele não-melanoma, e com a mudança no perfil etário da população brasileira tem-se tornado cada vez mais frequente.

Não resta dúvida de que os Projetos de Lei que ora analisamos, aprimora efetivamente a Lei que trata do planejamento familiar. É extremamente importante chamar a atenção para a expressiva incidência do câncer de próstata e para incentivar não apenas os serviços de saúde, mas a população masculina a buscar recursos para a detecção precoce, que sempre traduz melhores prognósticos. Apesar de ser o segundo câncer mais frequente na população masculina, responde por uma mortalidade proporcionalmente pequena. O câncer de próstata, da mesma forma que todas as patologias existentes, está contemplado na obrigação constitucional de integralidade de atenção à saúde. O SUS, tem o dever de cuidar de todas elas. No entanto, julgamos oportuno incluí-lo no arcabouço do planejamento familiar e dos aspectos da saúde sexual e reprodutiva especialmente como forma de organizar a linha de cuidados.

A segunda sugestão evidencia o direito ao aconselhamento genético nos casos em que exista risco reprodutivo. É extremamente oportuno reforçar a necessidade de se contar com estes serviços estruturados na rede pública de saúde. Admitimos que a implementação deste atendimento multiprofissional especializado, que demanda apoio de técnicas de laboratório por vezes bastante complexas, ainda é um desafio para o SUS. Um grande avanço foi a instituição da Política da Atenção Integral em Genética Clínica por meio da Portaria nº 81, de 20 de janeiro de 2009, que prevê a expansão e a organização dos serviços existentes, uma grande parte em hospitais universitários.

Vemos, portanto, que as iniciativas, alinham-se com a inclinação do SUS. Trata-se de problemas de grande repercussão para a vida reprodutiva das pessoas e reforça a importância desses cuidados à família.

Assim, manifestamos o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.889, de 2009 e pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.924, de 2013 (apensado), uma vez que a ação proposta já está contemplada no PL nº 5.889/2009.

Sala da Comissão, em de agosto 2013.

Deputado ELEUSES PAIVA
Relator